

Efeitos da "financeirização" sobre a economia brasileira

Francisco Roberto Fuentes Tavares de Lira

1 INTRODUÇÃO

Este texto aborda a tese de que a economia brasileira está vivendo um círculo vicioso sustentado pelo regime de "financeirização", o que está beneficiando uma elite de banqueiros e impedindo que o país tenha um desenvolvimento sustentável. Essa tese foi estudada e criada pelo economista Miguel Bruno, professor-adjunto da faculdade de Ciências Econômicas da UERJ e coordenador do Grupo de Análises e Previsões da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), e foi exposta numa entrevista que esse economista fez à Carta Capital (a publicação tratava de discutir na época – abril de 2008 – as razões de elevar a taxa SELIC para 11,75%). É importante explicar esse aspecto da economia brasileira, já que poucos têm conhecimento sobre essa questão e, além disso, colabora para os economistas terem uma visão mais crítica sobre o modo que o Banco Central conduz a política monetária.

2 POR QUE É TÃO DIFÍCIL REDUZIR A TAXA BÁSICA DE JUROS

A "Financeirização" é um fenômeno macroeconômico caracterizado pela apropriação dos ativos da economia pelo mercado financeiro, o que traz uma grande influência desse setor no desenvolver da política econômica. Diante dessa definição, pode-se explicar melhor o fato de que a economia brasileira está envolvida num círculo vicioso regido por um regime de "financeirização", o que provoca a deterioração dos esforços que alguns governos, como o de Getúlio Vargas (1930-1945), passando por Juscelino Kubitschek (1956-1961), e o regime militar (1964-1985), tiveram em manter o Brasil numa rota de crescimento. Esse fenômeno é difícil de ser percebido porque está arraigado desde o início da década de 90 no Brasil e é sustentado pela limitação que o Estado tem na intervenção econômica devido aos preceitos neoliberais, e isso sem esquecer de uma elite de banqueiros que, ferrenhamente, protege os próprios interesses. Antes de explicar a natureza desse círculo, é necessário afirmar o principal efeito do regime de "financeirização". Nesse regime, o Estado fica subordinado ao mercado e perde uma considerável autonomia na condução da política econômica, pois passa a ser orientado pela lógica da acumulação financeira, na qual predomina a renda dos juros. De acordo com o economista Bruno Miguel, "[...] Num ambiente de financeirização, o Estado fica subordinado ao mercado e perde autonomia. Mantém prioridade máxima na luta contra a inflação e torna o crescimento e o nível de emprego 'meras variáveis [...]'" (MIGUEL, 2008, p.32).

Tendo em mente do que se trata a "financeirização", pode-se explicar com clareza esse círculo vicioso, mas é importante afirmar que a construção dessa situação na qual o Brasil se encontra

atualmente remonta a década de 80, a “década perdida”. Naquela época, o país estava passando por um forte período de estagnação (ambiente inflacionário e sem crescimento), e várias medidas começaram a ser tomadas para solucionar a crise. O Estado não conseguia controlar a dívida pública interna (*deficit* público) e, nessa situação, procurava desesperadamente meios de superar essa crise, e tratava a questão com a venda e compra de títulos públicos (o *open-market*), ou seja, “rolava” a dívida pública, dando fortes indícios de que o Estado estava falido. Para manter o “controle” da dívida através das operações de *open-market*, o Banco Central (BACEN) era obrigado a praticar uma taxa de juros alta com o intuito de tornar os títulos públicos atraentes. Após a estabilização da economia com o Plano Real, o Estado continuou a executar essa política para angariar recursos que financiassem conjuntamente com a elevada carga tributária a sobrevivência dele. Mas, a questão da dívida pública não era o único fator responsável pelo aumento da taxa básica de juros.

A moratória da dívida externa, que sepultou por um bom tempo a confiança que o mundo tinha em relação à economia brasileira, provocou um aumento significativo do risco-Brasil, o que forçava a manutenção de juros altos, a fim de tornar o mercado brasileiro rentável para investidores estrangeiros. Além disso, a forte inflação que vivia a época poderia levar certos economistas a diagnosticar erroneamente que o excesso de demanda provocava a inflação, levando o BACEN a praticar uma política monetária restritiva. Em resumo, uma série de fatores conspirava para manter a taxa básica de juros alta.

Essa conjunção de fatores foi o estopim para a construção de um círculo vicioso regido pela ótica da acumulação de recursos financeiros. Entretanto, esse círculo só seria consolidado com a abertura econômica iniciada nos anos 90, a qual trouxe uma maior velocidade na movimentação de recursos financeiros, o que forçou uma série de alterações na política econômica. Muitas dessas mudanças faziam parte do Consenso de Washington (Encontro organizado em Washington no qual economistas de diversas instituições – FMI, BID, Banco Mundial – criaram uma série de medidas para promover o ajustamento macroeconômico de países em desenvolvimento), baseado no ideário neoliberal e monetarista de Milton Friedman.

Uma dessas mudanças foi a da taxa de câmbio fixo para a flutuante, a qual fez com que o câmbio fosse determinado pelas oscilações do mercado, o que foi benéfico, pois permitiu a articulação de uma política monetária mais eficiente. Esse benefício reside no fato de que a taxa de câmbio fixo, por ser definida pelo Estado por meio de decretos, demandava um grande esforço deste em manter o câmbio em certo patamar, o que fazia o Governo concentrar-se em ter uma política cambial, e não monetária. Além disso, com o crescente aumento do volume e circulação dos recursos financeiros, o câmbio fixo mostrou-se inadequado para lidar com a magnitude dessa movimentação de capitais.

Lembrando que o BACEN é uma instituição que age de forma autônoma para manter a estabilidade econômica, nota-se que a implantação dessas mudanças de cunho monetarista e a inserção do Brasil no mercado financeiro mundial fizeram com que essa autonomia ficasse somente na teoria. A razão disso reside no fato de que a economia brasileira é pobre em capitais e, conseqüentemente, possui pouca influência no mercado financeiro, o que força o BACEN a conduzir uma política monetária restritiva, de forma que consiga acompanhar as expectativas do mercado. A relação entre a taxa SELIC alta e os títulos públicos mostra a deterioração da autonomia do BACEN quando o mercado financeiro passa a ter uma considerável influência na economia. Essas medidas aliadas às condições vindas da década de 80 iniciaram um processo que facilitava a acumulação rentista e patrimonial.

Mas, uma das mudanças mais importantes que colaborou para a perpetuação desse círculo vicioso foi a aplicação da ortodoxia neoliberal durante a gestão do FHC, cujo maior expoente foi o processo de

privatizações que alterou estruturalmente o sistema econômico brasileiro. Ao seguir os preceitos neoliberais (redução do poder do Estado, liberdade de mercado), o Governo acreditou que o crescimento seria impulsionado pela iniciativa privada e, assim, entregou a ela determinadas empresas estatais, perdendo, desse modo, um importante meio de coordenar o crescimento econômico. O erro desse pensamento reside no fato de que uma economia de industrialização tardia como a brasileira é pobre em capitais e, por isso frágil a ponto de não ter um crescimento contínuo sustentado por empresas privadas. Para ilustrar com precisão o impacto dessa mudança, expliquemos os efeitos que as privatizações tiveram sobre as usinas siderúrgicas, responsáveis pela produção de aço, elemento essencial na composição de edifícios e casas. Tendo como exemplo a CSN (Companhia Siderúrgica Nacional), observa-se que durante o processo de privatizações argumentava-se que a CSN não dava lucro, e possuía uma direção que coordenava de forma ineficiente os negócios da empresa. O que não se explicava sobre o fato da CSN ser deficitária era o seguinte: essa usina siderúrgica vendia aço a um preço tão barato (certas vezes não havia nem margem de lucro) que provocava prejuízo à empresa, mas a lógica da usina não era produzir para gerar lucro, era fomentar os mais diversos setores.

Todas essas mudanças criaram o ambiente propício para a consolidação de um regime de “financeirização”. E com todas essas variáveis, como se articula esse círculo vicioso de acumulação financeira? Com uma economia em que os juros recebidos pelo sistema financeiro respondem por 29% do PIB (de acordo com o autor), e diante desse volume de recursos, o Estado se apropria de uma parcela significativa desse volume por meio de uma grande carga tributária. Um exemplo que ilustra isso é a possível aprovação do CSS (Contribuição Social para Saúde – o antigo CPMF), o imposto sobre as movimentações financeiras que ocorrem no território nacional. Quem sairá prejudicado com o novo imposto? Provavelmente não será o trabalhador, pois o CSS isentará aqueles que têm uma renda de até R\$ 3.088, mas, sim, principalmente, o setor bancário sairá prejudicado com o imposto, já que esse realiza por dia milhares de movimentações de ordem financeira.

Quem será beneficiado com tudo isso? O setor bancário será o maior beneficiado. Os bancos auferem lucros extraordinários diante desse regime, sobretudo se houver aumento da inflação. Mas, os bancos são os responsáveis por essa situação? Não, porque apesar de terem pressionado as autoridades para a manutenção do juro alto, os bancos tiveram pouca influência na construção desse ambiente, eles somente se aproveitam de uma estrutura que foi sendo moldada pelo Estado desde a década de 80, como anteriormente explicado. Segundo Miguel Bruno, “Os bancos se aproveitam da estrutura montada. Não são os vilões” (MIGUEL, 2008, p.33). Com essa fonte de recursos vinda da renda dos juros, dificilmente, o Estado reduzirá a taxa SELIC e, tampouco a carga tributária; mantendo-se assim, um regime de acumulação financeira por juros. Está completo o círculo vicioso.

Conclusão

As conseqüências desse círculo vicioso é que a alta taxa básica de juros praticada pelo BACEN impede que muito dos recursos que estão à disposição no mercado financiem as mais diversas atividades. As limitações da política monetária e certas privatizações trouxeram dificuldades para a economia seguir uma trajetória de desenvolvimento sustentável. E a pesada carga tributária, imposta pelo

Estado para angariar recursos do sistema financeiro, dificulta a elaboração de uma reforma tributária eficiente. Além disso, é possível afirmar que sem uma tributação flexível e justa, cria-se um precedente para que o país entre em outro círculo vicioso caracterizado por falta de investimentos de natureza privada, o que colabora para reduzir a produção nacional, os salários, o consumo, e a demanda agregada.

Portanto, é importante constar que tudo isso não se trata de um problema na política econômica, é um problema na estrutura da economia brasileira. A nossa economia durante um grande período (parte da década de 80 e toda a década de 90) ficou sem investimentos em infra-estrutura, o que teve como consequência, uma reduzida evolução na criação de empresas nacionais de iniciativa privada. Isso contribuiu para uma considerável redução na oferta de serviços e produtos nacionais. O PIB cresceu pouco nesses anos e, diante disso, o Estado teve e ainda tem uma arrecadação de tributos sobre a produção nacional extremamente inferior comparada à fonte de recursos provenientes da renda dos juros, ou das atividades financeiras. Observando claramente essa relação de dependência, esclarece-se a dificuldade da redução da taxa básica de juros a um bom nível.

Apesar de persistirem fatores que mantêm o Brasil nessa situação, o círculo vicioso de acumulação financeira pode ser quebrado. Provavelmente, o mesmo agente que se subordinou ao regime de “financeirização”, o Estado, seja o único capaz de romper esse quadro, já que esse pode alterar a estrutura no qual se condicionou à economia. Nas palavras do pesquisador, “[...] O Estado talvez seja o único agente capaz de criar uma saída para esse círculo vicioso de acumulação patrimonial e financeira [...]” (MIGUEL, 2008, p.33).

O PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é uma iniciativa que está tentando eliminar os pontos de estrangulamento da economia, a fim de levar o país ao caminho do crescimento sustentável e, conseqüentemente, afastar o Estado da dependência da renda dos juros. Dessa forma, superando esse entrave no sistema econômico, é possível reduzir gradativamente a taxa básica de juros num momento favorável, isto é, sem inflação alta, e a economia possuindo uma boa infra-estrutura.

Referências

MIGUEL, Bruno. A financeirização sobre a economia brasileira. **Revista Carta Capital**, São Paulo, n.492, p.32-33, 23 abr. 2008.

Sites consultados

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/consenso_de_washington>. Acesso: 26 ago. 2008.

Disponível em: <http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac180338,0.htm>. Acesso em: 27 ago. 2008.